



**Política** Paridade na política



DANIEL ROCHA

Depois de um recorde histórico de 89 mulheres eleitas em 2019 para o Parlamento, os actos eleitorais seguintes (2022 e 2024) apontaram para um recuo

# Número de mulheres caiu nas legislativas, autárquicas e europeias

Decréscimo da representação feminina é transversal e ocorre depois das alterações à lei da paridade, feitas para subir a participação das mulheres na política

**Fernando Costa**

Nas últimas eleições europeias, legislativas e autárquicas foram eleitas menos mulheres do que nas eleições anteriores. O decréscimo da representação feminina na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e na presidência de autarquias acontece depois de a lei da paridade ter sido actualizada, em 2019, passando desde então a exigir que as listas eleitorais assegurem a representação mínima de género de 40%. Mas, na realidade, o número de mulheres eleitas não só não aumentou como está a cair.

Há três meses, Portugal elegeu oito eurodeputadas, menos uma do que em 2019. Em 21 eleitos, as mulheres representam agora 38,1%. De acordo com os dados do *site* do Parlamento Europeu, as últimas eleições marcaram, inclusivamente, o primeiro recuo na representação de mulheres portuguesas no Parlamento Europeu desde 1994, quando eram apenas 8%.

O mesmo sucedeu nas últimas eleições autárquicas, em 2021, relativamente ao número de mulheres a ocupar o lugar de presidente de câmara. Desde 1985, quando havia apenas quatro autarcas do sexo feminino, que este número não descia. Aconteceu nas últimas eleições, com a eleição de 29 presidentes mulheres – menos três do que em 2017.

De acordo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, nas eleições locais de há três anos o número de homens a ocupar o primeiro lugar nas listas de candidatura (1278) foi quatro vezes superior ao de mulheres (293). Há, aliás, cinco distritos que elegeram zero mulheres para o cargo de presidente: Beja, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viana do Castelo. O distrito com maior percentagem de “presidentas” é Faro, com 25%.

Nas legislativas, a inversão no caminho para a paridade não começou nas eleições deste ano, mas nas anteriores. Depois de, em 2019, terem sido eleitas 89 mulheres, um

**38,1%**

Há três meses, Portugal elegeu oito eurodeputadas, o que representa 38,1% do total. Este é o primeiro recuo desde 1994

**29**

Número de presidentes de câmara eleitas em 2021. Menos três do que em 2017. Primeira descida desde 1985

**76**

Número de mulheres eleitas em 2024 para a Assembleia da República, confirmando uma tendência anterior

recorde histórico, nos actos eleitorais seguintes este número tem diminuído. Em 2022, foram 85. Em 2024, ainda menos – foram eleitas 76 mulheres. Actualmente, em resultado das saídas logo no início da legislatura (em particular para o Governo), sentam-se 80 deputadas em São Bento, segundo o Balanço de Actividade Parlamentar – cerca de 34,8% no total de 230 deputados.

O decréscimo da representação feminina nas várias frentes do poder político decorre já após uma alteração legal que deveria ter potenciado a participação das mulheres nesta área. As últimas eleições europeias, legislativas e autárquicas (as duas primeiras este ano, as últimas em 2021) decorreram todas depois de 2019, ano em que o Parlamento aprovou uma alteração à lei da paridade no sentido de aumentar de 33% para 40% a representação mínima de género nas listas para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e autarquias locais.

A lei exige que as listas não tenham mais do que duas pessoas do mesmo sexo seguidas. Ou seja, a dois homens candidatos terá sempre de seguir uma mulher, e vice-versa.

Entre os partidos com assento parlamentar, apenas o Bloco de Esquerda, com três deputadas em cinco, cumpre os 40% de paridade. Dos restantes, os mais próximos são o PS, que actualmente tem 30 mulheres em 78 deputados (38,46%), e a Iniciativa Liberal, com três em oito (37,5%).

Já o actual Governo tem, em 59 governantes (incluindo Luís Montenegro), 24 mulheres: sete ministras e 17 secretárias de Estado. Representam, portanto, 40,6%, o que torna o actual executivo o mais paritário da democracia portuguesa.

### Como resolver o problema?

Apesar dos pressupostos consagrados na lei, a legislação não é suficiente para que a paridade seja uma realidade prática na política. Elza Pais, ex-secretária de Estado da Igualdade e actual deputada do PS, defende, em declarações ao PÚBLICO, que “há todo um trabalho que tem de se fazer a nível das culturas políticas dos partidos” para que a lei da paridade seja cumprida, “não pelos mínimos, mas por patamares mais elevados”. A título de exemplo, refere como o Chega, após as eleições de 2022, tinha apenas uma mulher entre os 12 deputados eleitos sem violar a lei da paridade.

Para a deputada socialista e para o PS, caso a cultura dos partidos políticos em Portugal quanto à paridade não mude, “a própria lei tem de ser alterada”.

A investigadora em igualdade de género na Universidade do Minho Eva Macedo defende que existe um problema de fundo, já que em Portugal “a paridade ainda não está interiorizada como valor”. “Se esti-



## Há todo um trabalho que tem de se fazer a nível das culturas políticas dos partidos

**Elza Pais**

Ex-secretária de Estado da Igualdade e actual deputada do PS

## A paridade ainda não está interiorizada como valor

**Eva Macedo**

Investigadora na Universidade do Minho

## Ninguém larga o poder assim, não é? Para entrarem mulheres, têm de sair homens

**Maria Helena Santos**

Movimento pela Paridade Política em Portugal

vesse, ela iria impor-se naturalmente”, diz ao PÚBLICO. “Quando não existe este mecanismo forçoso de paridade”, os cargos de poder tendem a ser ocupados pelo “sexo ainda mais dominante nas relações políticas, que é o masculino”.

Um exemplo disso é precisamente a discrepância em cabeças de lista nas últimas autárquicas. Como a lei não exige que haja uma determinada quota de cabeças de lista de cada género, em 2021 só 18,6% destes lugares foram ocupados por mulheres. Maria Helena Santos, investigadora no Centro de Investigação e Intervenção Social do Iscte, reitera a ideia defendida por Eva Macedo: “Convidarem praticamente só homens para cabeças de lista mostra que o espírito da lei da paridade não está interiorizado na elite política.”

Em 2019, como lembra Elza Pais, o Governo socialista chegou a propor que as listas para “órgãos colegiais electivos” tivessem de ter os primeiros candidatos de sexos diferentes.

A alternância homem-mulher-homem-mulher, numa espécie de fecho

*éclair*, é uma das soluções defendidas por Maria Helena Santos e pelo Movimento pela Paridade Política em Portugal, que integra. Num manifesto enviado ao presidente da Assembleia da República, por ocasião do 25 de Abril, o movimento inclui outras propostas, como a subida do limiar de paridade para 50% e a criação de um “regime que obrigue à paridade na composição dos governos nacionais, nas equipas ministeriais, secretarias de Estado e demais cargos de nomeação política”.

Ao PÚBLICO Maria Helena Santos sublinha que a lei em vigor não é suficiente para garantir a paridade na política, até porque muitas vezes as mulheres são colocadas no terceiro lugar em círculos eleitorais que só elegem dois deputados (como Portalegre e os círculos da Europa e Fora da Europa). O que impossibilita, à partida, a eleição feminina nestes círculos.

### Porque há menos mulheres?

Maria Helena Santos defende que, como os partidos ainda “são mundos muito masculinos”, também ainda existe muita resistência interna à transição para um cenário político mais paritário: “Ninguém larga o poder assim, não é? Para entrarem mulheres, têm de sair homens.”

Eva Macedo diz que o problema de retrocesso não é de agora e não é exclusivo do poder político nacional ou da sociedade portuguesa. “É um fenómeno que está a acontecer a nível global”, começa por dizer a investigadora. “Se nós olharmos para a Europa, assistimos a movimentos antidireitos das mulheres. Nos Estados Unidos, também.”

E acrescenta que os “Estados têm falhado” na “profilaxia dos valores sociais” e que é preciso transmitir a noção de que a paridade “beneficia todos, não beneficia só as mulheres”.

Esta falta de interiorização da paridade como valor social também afecta as decisões dos eleitores: “Somos todos vítimas de uma educação que nos moldou a achar que as mulheres são mais sentimentais, são mais emocionais, não são tão boas líderes. São melhores nas posições de cuidado, nos lugares de vice”, começa por explicar, antes de defender que é preciso “semear, cultivar e fazer crescer no seio da sociedade o valor de igualdade”.

Eva Macedo lembra que a própria Constituição prevê a igualdade real entre homens e mulheres. E, sim, também em oportunidades políticas, no artigo 109.º: “A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos civis e políticos e a não-discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.”

# Número de mulheres caiu nas eleições europeias, legislativas e autárquicas

O decréscimo da representação feminina é transversal a todas as eleições e acontece depois das alterações à lei da paridade, feitas para aumentar a participação das mulheres na políti-

ca. Especialistas falam na falta de interiorização da paridade como um valor e de mais mulheres na política representar uma perda de poder para os homens **Política, 10/11**